

## Desigualdade é natural?

*autor: Antonio Prado*

Em 1755, a Europa mais uma vez enfrentava os horrores de uma mortandade em massa. Um terremoto arrasara Lisboa, matando 30 mil pessoas. O hábito atribuiu o fato a um castigo divino. No Dia de Todos os Santos, Deus que criara o melhor mundo possível, como defendia Leibnitz, resolvera deixar a cidade em escombros. Existia o mal no mundo e ele era natural (e) ou provocado pela sua Ira.

Voltaire não admitia que a miséria humana pudesse ser algo transcendente, guiada pelas forças do destino e sim, que ela poderia ser corrigida pela ação mundana, iluminada pela razão. Afinal, os lisboetas eram um povo pio, rezador e temente a Deus, o que teriam feito para merecerem tal castigo? Por que o desafortunado merece essa sorte? Seria o mal algo sempre originado da natureza e da criação divina? Voltaire separa o mal natural do mal moral. A natureza pode causar o mal e ela advém do acaso, mas o ser humano é a fonte plena do mal que há na Terra. Ele pode evitá-lo ou causá-lo. O que mais mata em um terremoto ou enchente é a localização das residências e a qualidade de suas construções. É a doença e a fome.

Deus e a natureza continuam responsáveis pelas iniquidades. Voltaire inocentava o divino e trazia o foco para o terreno. Mas este esforço sempre se revelou muito inconveniente para os afortunados e não muito depois, Malthus já estabelecia que a fome seria inevitável se os desvalidos fossem assistidos. Para ele, distribuir a renda do rico para o pobre iria somente ampliar a miséria, pois o rico perderia o estímulo para gastar nas belas coisas da vida e na ampliação dos artefatos da reprodução da riqueza; e os pobres, por sua vez, consumiriam tudo em sua depravação moral. Como sua Lei da População estabelecia que a produção de alimentos crescia em escala aritmética e a população em escala geométrica, só havia duas formas de controlar a população, a natural, que viria das epidemias, das catástrofes; e a racional, com a guerra, o controle da natalidade e a localização dos pobres nas áreas insalubres e perigosas.

É assustadora a candura dos conservadores do século XIX. Defendiam que quem não é capaz de se manter pelo próprio trabalho, não merece viver, muito menos às custas da sociedade. A reforma da Lei dos Pobres inglesa em 1834 estabelecia que a ajuda aos pobres deveria ser humilhante e mínima, para que não houvesse nenhum estímulo para que o vulgo não procurasse um trabalho digno. Assim, nasce uma das principais instituições do capitalismo contemporâneo, o mercado de trabalho. Não haveria mercado de trabalho com o assistencialismo pré-capitalista. Nele são todos iguais para venderem a única coisa que possuem, sua capacidade de trabalhar.

Mas há igualdade no mercado de trabalho? Os economistas liberais defendem que sim, que há igualdade, liberdade e justiça. Igualdade porque neste espaço encontram-se detentores de mercadorias e sua posição social não importa; liberdade porque ninguém é obrigado a comparecer ao mercado, vende quem quer e compra quem pode; e justiça porque a troca é de equivalentes. Se compararmos o mercado capitalista idealizado, com a servidão, que é o que faziam os liberais naquele momento histórico, certamente havia uma diferença drástica. Os deveres do vassalo e a noblesse oblige do senhor não envolviam os valores nascentes do mercado, muito pelo contrário.

Marx irá demolir a mística desses valores. Não há igualdade no mercado de trabalho, pois a troca se dá entre um despossuído, com suas premências da vida e um proprietário, com a tempestividade de sua opulência. O rico pode esperar, o pobre não, logo a troca se dá entre desiguais, os poderes são assimétricos, como se diz hoje em dia. Não há liberdade, tampouco, na essência dessa relação, apenas um simulacro de opção, pelo simples fato de que a única existente é vender a força de trabalho no mercado. Como diz Vivianne Forrester, em seu O Horror Econômico, o trabalhador contemporâneo reza para ser explorado, pois a alternativa é a exclusão. Justiça, como poderia, se a troca não é de equivalentes, e Marx escreveu um volume todo de O Capital para demonstrar a lógica da extração de mais valia da força de trabalho.

Esses argumentos são tão poderosos quanto malditos. O uso da falácia genética, em particular, é freqüente para fincar a estaca nesses. O contexto da descoberta vence o da justificação. Como Marx era, por suposto, um marxista e o marxismo foi derrotado após a queda do muro de Berlim, logo qualquer argumento marxista deve estar automaticamente descartado como falso. Um brilho de lógica. Assim, é preciso percorrer caminhos já desbravados para demonstrar o mesmo, que a diferença não pode gerar igualdade.

A desigualdade é uma verdade avassaladora na ordem social capitalista. Ela se expressa nos números, nos fatos, nas paisagens, nos desesperos e nas angústias. Transborda. Assusta hoje as gerações que tiveram um alento nos 30 anos de pós-guerra. Parecia que a incorporação das classes subalternas à sociedade de consumo havia estabelecido o rumo do capitalismo civilizado. A sociedade afluyente, da abundância, do crescimento, haveria de afastar as iniquidades mais profundas criadas pelo império dos mercados auto-reguláveis. A organização dos mercados seria a chave para interromper a selvageria da desigualdade profunda. Desigualdade sempre existiria, mas dentro de limites estreitos e aceitos pela sociedade.

Mas a crise do capitalismo organizado irá interromper a trégua social que as políticas social-democratas conduziram após as tragédias da primeira metade do século XX. E muito do que já estava fora de uso nas economias centrais, volta com ferocidade com a vitória dos conservadores na Europa e EUA. Distribuição de renda, pleno emprego, segurança no trabalho e cidadania perdem a centralidade com o avanço (neo)liberal. O individualismo reconquista o espaço ocupado pela solidariedade; o cálculo o espaço da afeição; a indiferença o espaço da compaixão; a solidão o espaço da convivência. Avanços de lutas de mais de um século vão aos poucos sendo perdidos e marginalizados.

É sintomático Belah definir a diferença entre os estamentos públicos e as oligarquias tradicionais, referindo-se aos países da América latina. Nós conhecemos nossas oligarquias há séculos, eles haviam esquecido das deles. Diz ele que os estamentos defendem o seu interesse próprio construindo o bem público,

enquanto as oligarquias exploram o povo para construir seu interesse privado próprio. Não é por acaso que o neoliberalismo destruiu cuidadosamente o Estado e o serviço público. Foi a forma de reabrir o caminho para o velho modelo de oligarquias. Esses não querem igualdade de forma nenhuma, mas veneram a liberdade negativa. A liberdade de usarem a lógica do mercado auto-regulável para aprofundar as diferenças.

A diferença tem um sentido? Certamente fui confrontado com essa questão, ainda jovem. Um médico, ao saber das minhas posições políticas, me afirmou que nossa luta pela igualdade seria sempre infrutífera, pois os seres humanos são intrinsecamente diferentes. Há os mais fortes e os mais fracos. Os mais inteligentes e os mais limitados. Os mais bonitos e os mais feios. E assim por diante. Minha reação de jovem militante foi a de dizer que a diferença era uma construção social. (E, claro, pensei, que sujeito atrasado). Para mim, o modo de produção capitalista era a fonte primordial das diferenças, o que é estruturalmente uma verdade. Mas eu não tinha a menor idéia do que estava falando.

A diferença tem um sentido na ordem social capitalista. Portanto, uma justificação. Mas naquele momento não sabia que a diferença era um valor desta ordem, já que no espaço democrático nenhum conservador assume frontalmente esse valor. (Diga-se, tampouco nas ditaduras). Não ouvimos nenhum político proclamar, abaixo a igualdade e viva a diferença. Seria suicídio. Mesmo em uma sociedade em que há uma busca frenética e desesperada pela distinção, isso é disfarçado em grifes, entonações e gestos, nunca expresso em palavras e manifestos. A clareza está em desuso.

Mas o que está submerso pode ser revelado pela aridez dos tempos e pela arte. O filme *Beleza Americana* resgata os horrores naufragados. Poucos abaixo dos trópicos e fora dos meios botânicos sabem a que se refere o título do filme. Pois bem, é uma rosa. Uma bela rosa, notável. Sr. John D. Rockefeller, proprietário da Standard Oil, desde 1895, gostava muito dela, não apenas pelo seu valor estético, o que deveria sensibilizá-lo, mas pelo seu processo de cultivo. A *American Beauty* é fruto de uma seleção. Os brotos mais fracos da roseira são arrancados para que apenas a mais

forte e mais bela floresça. Defendia, esse senhor, que os mais fortes deveriam prevalecer sobre os mais fracos, para que a sociedade fosse mais saudável e competitiva.

Rockfeller encontrou outro senhor, Herbert Spencer, que defendia a mesma idéia de seleção, e cunhou o princípio da sobrevivência do mais apto. Não foi Darwin, foi Spencer. O evolucionismo de Darwin caiu como uma luva para as idéias de Spencer e foi daí que surgiu o Darwinismo Social do final do século XIX. Nos negócios deve sobreviver o mais apto e na vida também. O mais fraco deve se submeter ou ser extinto. Esse é, em síntese, esse é o sentido da diferença. Os (neo)liberais encontram no Darwinismo social e na diferença a justificação das grandes riquezas e o estímulo para a livre iniciativa. O motor da sociedade capitalista é para eles a busca pela distinção. Uma sociedade de iguais não evolui.

O interessante da American Beauty é que ela é resultado de uma seleção induzida e não de uma seleção natural. Não é resultado de milhares de anos de cruzamentos e confrontações com a adversidade do ambiente. É resultado da manipulação humana e de seus critérios de valor. Não é natural. É bela, mas certamente, como exemplo, é abominável.

Mas deveríamos imaginar que as forças naturais do mercado de trabalho deveria descartar as seleções induzidas e apenas premiar a contribuição de cada um ao processo produtivo. A cada um conforme sua produtividade. Esse o critério de justiça no mercado. Se a produtividade for mais baixa por causa da menor força, menor o salário. Se menor a inteligência, menor o salário; menor a saúde, menor o salário. Mas também segue o se menor a beleza, menor o salário; menor a educação, menor o salário; menor a cultura, menor o salário; menor as relações, menor os salários. E também os empregos.

Mas se a diferença natural é uma atrocidade como critério de inserção no mercado de trabalho, a diferença moral é uma abominação. A beleza tem uma história, como ressalta Umberto Eco em sua História da Beleza. E a beleza na sociedade de consumo é definida pelos modelos de consumo. Logo, o sistema

capitalista define, seleciona e premia o belo. E como tudo na sociedade de consumo, a beleza é objeto de distinção.

A educação nunca foi plenamente republicana e nos tempos neoliberais é cada vez menos. Tem maior salário quem tem mais educação e como gostam os neoclássicos, quem tem mais capital humano. Mas se o acesso a educação não é igual devido a interdições criadas pelas elites ao longo de décadas e até séculos, não é um critério justo. A cultura então é ainda mais restritiva, pois mesmo que a escola fosse completamente republicana, ela não permite a preparação plena para a produção e vivência com a cultura e seus elementos distintivos. As relações sociais, econômicas, políticas e religiosas também influem na seleção no mercado de trabalho. Como é sabido, o acesso aos postos de trabalho ocorrem em sua grande maioria por indicação, mesmo no setor privado. Desta forma, o acesso é totalmente filtrado pelas relações na comunidade.

O desempregado na visão neoclássica pura não existe, pois ninguém estaria desempregado se aceitasse o salário oferecido pelo mercado. Como esta visão não sobreviveu plenamente às grandes crises de emprego do século XX, ela foi sofisticada. A responsabilidade individual pelo desemprego permaneceu, mas agora envolvida por uma roupagem mais elegante. O trabalhador está desempregado por que não há uma conexão, uma aderência entre o perfil de qualificação da demanda de trabalho e sua oferta. O desemprego continua voluntário, no sentido de que aquele que amplia sua empregabilidade com formação e capacitação permanente encontra emprego. É claro, se aceitar o salário proposto de forma sábia pelo empregador para aquela qualificação.

A igualdade tem um sentido? Sim, a emancipação e a plena realização do ser humano em suas potencialidades. Pode o mercado de trabalho, em si, ser o elemento catalisador dessa possibilidade. Não, a igualdade é uma construção política e só pode ser construída a partir e além desse espaço. As conquistas amplas dos trabalhadores sempre ocorreram a partir da luta política. E também as conquistas dos discriminados, explorados, rebaixados e excluídos do mercado de trabalho, como as mulheres, os negros.

Já anotei que a visão de que o mercado de trabalho é um espaço em que ocorre a troca entre mercadorias equivalentes é uma mistificação. Também é uma fraude não muito inocente (usando o termo de Galbraith) a de que se trata de um espaço impessoal, orientado por critérios de seleção técnica para uma determinada finalidade, como orienta os princípios de Taylor. O mercado de trabalho, como todas as outras instituições da ordem capitalista, é espaço de hierarquização e distinção. A seleção jamais ocorre seguindo apenas os princípios tayloristas, de que a um posto de trabalho deve corresponder uma qualificação específica.

Na análise dele, as mulheres eram melhores para escolher esferas de rolemãs de bicicletas, por exemplo, pois seus dedos são menores e mais sensíveis. Mas a seleção na maioria das vezes é feita por homens e esses consideram outros critérios, como a beleza, a doçura, a submissão, o parentesco, os laços de lealdade comunitário. A produtividade é apenas um dos critérios, não sabemos se nem o mais efetivo no processo de escolha. Mas reza a teoria que é ela que define a remuneração dos fatores produtivos.

Será mesmo? Todas as pesquisas de renda revelam que as mulheres negras ganham menos que os homens negros, que ganham menos que as mulheres brancas, que por sua vez ganham menos que os homens brancos. Uma pirâmide hierárquica, distintiva. Dirão os neoclássicos que é porque o capital humano acumulado por essas populações é diferente e equivale à lógica da pirâmide de renda. Mas então quando se considera o mesmo nível educacional, de fato, a diferença cai, mas continua havendo uma diferença significativa. Então, dirão, no caso das mulheres, é porque as mulheres têm filhos e a empresa deve considerar os custos envolvidos. Mas mulheres, além da idade reprodutiva modal, sem filhos, continuam ganhando menos. Também não chegam a chefes. Dirão os apologistas do mercado que é porque elas renunciam às pressões competitivas para escalar na carreira. Preferem a vida familiar.

Quanto aos negros, não há quem confesse o inconfessável, mesmo porque é crime. Os teóricos da diferença dirão que não há

discriminação, é tudo uma questão educacional. O peso da exclusão histórica se revela nos baixos rendimentos. Ora, então deveríamos adotar políticas afirmativas. Dirão eles rapidamente que não, pois elas reduzem a produtividade do sistema e isso acaba por afetar a todos, inclusive os negros. E para não deixar dúvidas ao cientificismo, escalam um negro do mainstream para proferir a fraude. Não me perguntem o nome, não sei.

A sociedade de consumo hierarquiza. Baudrillard busca no consumo simbólico sua lógica. Mas o consumo conspícuo que deu origem a ideologia atual é de extração aristocrática, como podemos apreender dos estudos de Veblen, em sua Classe Ociosa. O nobre consumia para expor seu poder, esbanjava com os convivas e com seus clientes. A mulher era objeto de decoração e uso; assim como os criados. Os modelos de consumo são ultrajes à emancipação feminina e a igualdade racial. O trágico é que se cria uma nau dos desesperados. O negro luta para sair da sua condição e penetra nos símbolos da distinção sem compreendê-los e se revolta quando, apesar de bem vestido, com o carro do ano e o relógio de ouro, é parado como suspeito. Esses símbolos não são os seus.

A mulher, elegante e com jóias finas, compradas como fruto de seu trabalho e carreira própria, é entendida como expressão de um casamento afluyente. E o marido é o rico. Não há feminista que não se irrite frequentemente com isso. Os estilos despojado, dramático, dark, nova era, o que seja, estão aborrecidamente associados a uma ou outra forma de absorção na sociedade de consumo, em que a pirâmide da discriminação está sempre presente.

Não se deve buscar ilusões apenas na diminuição das diferenças de renda. Isto é fundamental, mas é pouco. A emancipação real deve ir além dos aspectos puramente econômicos. Não haverá o sentimento de pertencimento enquanto os símbolos da sociedade de consumo forem incorporados de forma passiva pelos que lutam pela igualdade. O auto-engano maior é acreditar que basta o acesso ao consumo para estar incluído.

A luta pelo trabalho decente ultrapassa a fronteira do individualismo e do mercado de trabalho como pretensão

instrumento de promoção da igualdade. Não será o contratualismo que irá garantir direitos e tampouco as iniciativas de empresários esclarecidos. Essas já ocorreram tanto nas experiências do socialismo utópico de Saint Simon, como no Welfare Capitalista nos EUA no início do século XX. As crises capitalistas e a concorrência selvagem nos mercados demoliram todas essas tentativas. O trabalho decente nasce da mobilização dos trabalhadores e de sua representação política no Estado e no Parlamento. A grande transformação social do século XX foi resultado da organização sindical e partidária a partir das últimas duas décadas do século XIX e de sua progressiva institucionalização, que percorre os anos da Grande Depressão e atinge seu auge a partir do pós guerra. A Declaração Universal dos Direitos Humanos proclama, em 1948, o trabalho decente em escala planetária.

O trabalho decente não é a expressão de relações trabalhistas civilizadas, da exploração regulada da força de trabalho, o trabalho decente é uma construção da cidadania. E o Welfare State é o seu muro de proteção. Não porque este provê os bens de consumo coletivos através de suas políticas universais, completando a renda gerada na relação direta entre capital e trabalho, mas porque ele dessubstancializa a natureza do trabalho como mercadoria. Este é o motivo da ferocidade dos (neo)liberais contra o Welfare State.

As políticas do Welfare Social impedem que o trabalhador participe do mercado de trabalho desprovido de qualquer proteção. Elas diminuem a pressão sobre o mercado de trabalho. Todos os que hoje são empurrados para o mercado, aceitando qualquer condição, devido ao desespero, podem encontrar seu tempo a partir das políticas sociais. A educação universal mantém o jovem na escola; a aposentadoria e as pensões, os idosos em seus projetos de realização; a saúde pública, o doente em tratamento; o seguro desemprego, o trabalhador em uma busca menos angustiada por um novo emprego adequado e a renda mínima mantém a todos com a segurança de uma renda perpétua.

Os direitos democráticos e a luta pela igualdade de gênero e raça completam esse quadro de construção institucional. A discriminação é a estigmatização levada além das fronteiras da

decência. As políticas sociais liberais são estigmatizantes, marcam o excluído como derrotado, preguiçoso, incompetente e lança sobre ele a causa de seus males. Mas o que fazer quando o estigma sequer está relacionado com a produtividade? Exigir que a igualdade seja um valor efetivo da humanidade e lutar em cada espaço para que ela seja mais do que um sonho, seja a convivência criativa entre o diverso.